

# SUMÁRIO

## ■ CAPÍTULO 1

|                                                                                                                      |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>TEORIA GERAL E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....</b>                                    | <b>29</b> |
| 1.1. O TRIPÉ DA ESTABILIDADE CONSTITUCIONAL:<br>SUPREMACIA, RIGIDEZ E CONTROLE .....                                 | 29        |
| 1.1.1. A Supremacia Constitucional .....                                                                             | 29        |
| 1.1.2. A Rigidez Constitucional.....                                                                                 | 30        |
| 1.1.3. O Controle como Garantia.....                                                                                 | 31        |
| 1.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DIREITO COMPARADO .....                                                                    | 31        |
| 1.2.1. O Modelo Norte-Americano ( <i>Judicial Review</i> ) .....                                                     | 31        |
| 1.2.2. O Modelo Francês (Matriz Política).....                                                                       | 32        |
| 1.2.3. O Modelo Austríaco (Kelseniano) .....                                                                         | 34        |
| 1.3. A EVOLUÇÃO DO CONTROLE NO BRASIL .....                                                                          | 35        |
| 1.4. O BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE .....                                                                            | 36        |
| 1.4.1. Conceito Estrito vs. Ampliado.....                                                                            | 36        |
| 1.4.2. A Revolução da EC 45/2004.....                                                                                | 37        |
| 1.4.3. O <i>Status</i> Normativo dos Tratados e a Tese da<br>Supralegalidade.....                                    | 37        |
| 1.4.4. O controle de convencionalidade representa um novo<br>paradigma para o constitucionalismo contemporâneo. .... | 39        |
| 1.5. QUESTÕES DE CONCURSOS COMENTADAS .....                                                                          | 41        |

## ▪ CAPÍTULO 2

### A PATOLOGIA DAS LEIS. TEORIA DOS VÍCIOS E NULIDADES

#### NO PROCESSO LEGISLATIVO .....51

|        |                                                                                       |    |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2.1.   | A PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS.....                                      | 51 |
| 2.1.1. | Natureza da Presunção: Relativa ou Absoluta?.....                                     | 51 |
| 2.2.   | O FENÔMENO DA REAÇÃO LEGISLATIVA ( <i>BACKLASH EFFECT</i> ) .....                     | 52 |
| 2.2.1. | Reação ou Reversão legislativa via Emenda Constitucional.....                         | 53 |
| 2.2.2. | Reação ou Reversão legislativa via Lei Ordinária<br>(Mutação Inconstitucional?) ..... | 56 |
| 2.3.   | ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADE.....                                                | 57 |
| 2.3.1. | Quanto   Conduta: A o e Omissão.....                                                  | 57 |
| 2.3.2. | Inconstitucionalidade Material ( <i>Nomost tica</i> ) .....                           | 58 |
| 2.3.3. | Inconstitucionalidade Formal ( <i>Nomod mica</i> ) .....                              | 59 |
| 2.4.   | VÍCIOS FORMAIS DE DECORO PARLAMENTAR<br>(VÍCIO NA FORMAÇÃO DA VONTADE).....           | 61 |
| 2.5.   | QUANTO   EXTENSÃO: INCONSTITUCIONALIDADE<br>TOTAL E PARCIAL.....                      | 62 |
| 2.5.1. | Inconstitucionalidade Total.....                                                      | 62 |
| 2.5.2. | Inconstitucionalidade Parcial.....                                                    | 63 |
| 2.6.   | QUANTO AO MOMENTO: ORIGINÁRIA, SUPERVENIENTE<br>E PROGRESSIVA.....                    | 64 |
| 2.6.1. | Inconstitucionalidade Originária (Vício Cong nito) .....                              | 64 |
| 2.6.2. | Inconstitucionalidade Superveniente (O Recha o do STF).....                           | 65 |
| 2.6.3. | Inconstitucionalidade Progressiva (ou “Estado de Lei ainda<br>Constitucional”).....   | 65 |
| 2.7.   | QUANTO AO PRISMA DE APURAÇÃO: DIRETA E INDIRETA .....                                 | 66 |
| 2.7.1. | Inconstitucionalidade Direta (Imediata ou Antecedente) .....                          | 66 |
| 2.7.2. | Inconstitucionalidade Indireta (Mediata) .....                                        | 66 |
| 2.8.   | QUEST  ES DE CONCURSOS COMENTADAS .....                                               | 70 |

### ■ CAPÍTULO 3

#### **TÉCNICAS DE DECISÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, EFICÁCIA DAS SENTENÇAS E AS SENTENÇAS INTERMEDIÁRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE..... 77**

- 3.1. DECISÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE POR REDUÇÃO DE TEXTO (*REDUÇÃO EXPRESSA*)..... 77
- 3.2. DECISÕES INTERPRETATIVAS (SENTENÇAS DE ACOLHIMENTO PARCIAL) ..... 78
  - 3.2.1. Interpretação Conforme a Constituição..... 78
  - 3.2.2. Declaração de Inconstitucionalidade Parcial sem Redução de Texto..... 80
- 3.3. DECISÕES MANIPULATIVAS (O STF COMO LEGISLADOR POSITIVO) ..... 81
  - 3.3.1. Sentença Aditiva ..... 81
  - 3.3.2. Sentença Substitutiva ..... 81
- 3.4. DECISÕES QUANTO AO PLANO DA EFICÁCIA TEMPORAL E EXISTENCIAL..... 83
  - 3.4.1. Declaração de Inconstitucionalidade sem Pronúncia de Nulidade ..... 83
  - 3.4.2. Inconstitucionalidade Progressiva (“Lei ainda Constitucional” ou “Lei em trânsito para a inconstitucionalidade”) ..... 84
- 3.5. QUESTÕES DE FIXAÇÃO E TREINAMENTO AVANÇADO (INÉDITAS) ..... 85

### ■ CAPÍTULO 4

#### **SISTEMAS E MOMENTOS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....89**

- 4.1. SISTEMAS DE CONTROLE (QUEM EXERCE O CONTROLE?) ..... 89
  - 4.1.1. Sistema Político (Modelo Francês)..... 89
  - 4.1.2. Sistema Jurisdicional (Modelo Norte-Americano e Austríaco) ... 90

|          |                                                                                                                                                                                                                             |     |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.1.3.   | Sistema Misto ou Híbrido (Modelo Suíço) .....                                                                                                                                                                               | 90  |
| 4.2.     | MOMENTOS DE CONTROLE (QUANDO SE EXERCE?) .....                                                                                                                                                                              | 91  |
| 4.3.     | O CONTROLE PREVENTIVO NO BRASIL .....                                                                                                                                                                                       | 92  |
| 4.3.1.   | Controle Preventivo Político (A Regra da Exceção) .....                                                                                                                                                                     | 92  |
| 4.3.1.1. | Poder Legislativo (CCJ) .....                                                                                                                                                                                               | 92  |
| 4.3.1.2. | Poder Executivo (Veto Jurídico) .....                                                                                                                                                                                       | 93  |
| 4.3.2.   | Controle Preventivo Judicial (A Exceção da Exceção) .....                                                                                                                                                                   | 93  |
| 4.4.     | O CONTROLE REPRESSIVO NO BRASIL .....                                                                                                                                                                                       | 94  |
| 4.4.1.   | Controle Repressivo Político (Legislativo) .....                                                                                                                                                                            | 94  |
| 4.4.2.   | Controle Administrativo pelos Tribunais de Contas<br>(A Crise da Súmula 347 do STF) .....                                                                                                                                   | 96  |
| 4.4.3.   | O Poder dos Demais Órgãos Constitucionais Autônomos<br>(CNJ, CNMP e Conselho de Contribuintes) .....                                                                                                                        | 98  |
| 4.4.4.   | Pode o Presidente da República deixar de aplicar uma lei<br>ou ato normativo que repare flagrantemente inconstitucional<br>quando estes ainda não tiverem sido declarados<br>inconstitucionais pelo Poder Judiciário? ..... | 99  |
| 4.5.     | QUADRO SINÓTICO: QUEM EXERCE O CONTROLE<br>E QUANDO? .....                                                                                                                                                                  | 103 |
| 4.6.     | QUESTÕES DE CONCURSOS COMENTADAS .....                                                                                                                                                                                      | 103 |

## ▪ CAPÍTULO 5

### **CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE..... 109**

|        |                                                                         |     |
|--------|-------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.1.   | GENEALOGIA E CONCEITO .....                                             | 109 |
| 5.1.1. | A Matriz Norte-Americana ( <i>Judicial Review</i> ) .....               | 109 |
| 5.1.2. | A Recepção no Brasil .....                                              | 109 |
| 5.1.3. | Definição e Terminologia .....                                          | 110 |
| 5.2.   | A CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO<br>( <i>FULL BENCH CLAUSE</i> ) ..... | 110 |

|        |                                                                                                                                                                                                         |     |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.2.1. | Natureza jurídica da reserva de plenário.....                                                                                                                                                           | 111 |
| 5.2.2. | Diferença entre Plenário e Órgão Especial na estrutura dos Tribunais.....                                                                                                                               | 111 |
| 5.2.3. | A Súmula Vinculante 10 .....                                                                                                                                                                            | 112 |
| 5.2.4. | Procedimento do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade (art. 948 e segs. do CPC) .....                                                                                                          | 112 |
| 5.2.5. | Exceções à Reserva de Plenário (Dispensabilidade).....                                                                                                                                                  | 113 |
| 5.3.   | EFEITOS DA DECISÃO NO CONTROLE DIFUSO .....                                                                                                                                                             | 114 |
| 5.3.1. | A Teoria Clássica (Tradicional) .....                                                                                                                                                                   | 114 |
| 5.4.   | A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL DO ART. 52, X/CF E A TENDÊNCIA DE ABSTRATIVIZAÇÃO/OBJETIVAÇÃO/DESSUBJETIVAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO .....                                                                         | 119 |
| 5.4.1. | A Tese da Abstrativização (Objetivação).....                                                                                                                                                            | 119 |
| 5.4.2. | A Jurisprudência Atual do STF (Caso Amianto) .....                                                                                                                                                      | 120 |
| 5.5.   | A CONSAGRAÇÃO DEFINITIVA DA TENDÊNCIA DE ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO INCIDENTAL: O IMPACTO DA REPERCUSSÃO GERAL NA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA DE TRATO SUCESSIVO (TEMAS 881 E 885)..... | 120 |
| 5.5.1. | A Cessação da Coisa Julgada em Relações de Trato Sucessivo...                                                                                                                                           | 121 |
| 5.5.2. | A Mutação Constitucional do Art. 52, X, e a Repercussão Geral .....                                                                                                                                     | 122 |
| 5.5.3. | O Caso da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) .....                                                                                                                                        | 122 |
| 5.5.4. | Alerta da pertinente crítica dogmática à tendência de abstrativização do controle difuso para concursos de alto desempenho! .....                                                                       | 123 |
| 5.6.   | O CONTROLE DIFUSO NO PROCESSO COLETIVO (ACP E AÇÃO POPULAR).....                                                                                                                                        | 126 |
| 5.6.1. | A Distinção entre Pedido e Causa de Pedir .....                                                                                                                                                         | 126 |

|                                                    |     |
|----------------------------------------------------|-----|
| 5.7. MODULAÇÃO DE EFEITOS NO CONTROLE DIFUSO ..... | 127 |
| 5.8. QUESTÕES DE CONCURSOS COMENTADAS .....        | 128 |

## ▪ CAPÍTULO 6

### **CONTROLE CONCENTRADO FEDERAL:**

#### **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) ..... 135**

|                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.1. INTRODUÇÃO AO CONTROLE CONCENTRADO FEDERAL.....                                                                   | 135 |
| 6.2. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE<br>(ADI GENÉRICA) .....                                                      | 135 |
| 6.3. LEGITIMIDADE ATIVA (QUEM PODE PROPOR?) .....                                                                      | 136 |
| 6.3.1. Classificação dos Legitimados (Universais vs. Especiais) .....                                                  | 136 |
| 6.3.2. Capacidade Postulatória .....                                                                                   | 138 |
| 6.3.3. Peculiaridades dos Legitimados .....                                                                            | 138 |
| 6.4. O PARÂMETRO DE CONTROLE NA ADI (A NORMA DE<br>REFERÊNCIA/PARADIGMA DE CONFRONTO).....                             | 139 |
| 6.5. OBJETO DA ADI (CABIMENTO).....                                                                                    | 143 |
| 6.5.1. Natureza do Ato (A Superação da Súmula sobre Efeitos<br>Concretos) .....                                        | 143 |
| 6.5.2. Origem do Ato (Federal ou Estadual).....                                                                        | 146 |
| 6.5.3. Temporalidade (Pós-1988) .....                                                                                  | 146 |
| 6.5.4. Conceito de atos normativos.....                                                                                | 149 |
| 6.5.5. A Questão da Lei Revogada .....                                                                                 | 150 |
| 6.5.6. Violação frontal e direta da Constituição.....                                                                  | 151 |
| 6.5.7. Rol exemplificativo de hipóteses de cabimento da ADI.....                                                       | 153 |
| 6.5.8. Controle de constitucionalidade das Medidas Provisórias pela via<br>da ADI.....                                 | 154 |
| 6.5.9. Rol exemplificativo de hipóteses de não cabimento da ADI .....                                                  | 156 |
| 6.5.10. A Teoria das Normas Constitucionais Inconstitucionais<br>( <i>Verfassungswidrige Verfassungsnormen</i> ) ..... | 158 |

|           |                                                                                                |     |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.6.      | PROCEDIMENTO E INTERVENIENTES .....                                                            | 160 |
| 6.6.1.    | O Advogado-Geral da União ( <i>Defensor Legis</i> ) .....                                      | 160 |
| 6.6.2.    | O Procurador-Geral da República ( <i>Custos Constitutionis</i> ) .....                         | 162 |
| 6.6.3.    | O <i>Amicus Curiae</i> .....                                                                   | 163 |
| 6.7.      | MEDIDA CAUTELAR NA ADI.....                                                                    | 170 |
| 6.8.      | CAUSA DE PEDIR E PEDIDO NA ADI .....                                                           | 173 |
| 6.8.1.    | A causa de pedir na ADI.....                                                                   | 173 |
| 6.8.2.    | Pedido na ADI .....                                                                            | 173 |
| 6.8.3.    | Audiências Públicas: A Abertura Procedimental e a<br>Apuração de Matéria Fática .....          | 177 |
| 6.9.      | DECISÃO DE MÉRITO NA ADI E SEUS EFEITOS .....                                                  | 179 |
| 6.9.1.    | Reação Legislativa ou Superação Legislativa da Jurisprudência .....                            | 180 |
| 6.9.2.    | Limites Constitucionais à Reação Legislativa .....                                             | 180 |
| 6.9.3.    | Exemplos de reação legislativa na jurisprudência do STF .....                                  | 181 |
| 6.9.4.    | Diferença entre efeito <i>erga omnes</i> e o efeito vinculante? .....                          | 185 |
| 6.9.5.    | Quais são os limites ou dimensões do efeito vinculante no<br>controle abstrato? .....          | 185 |
| 6.9.6.    | Eficácia Temporal da Decisão: A Regra do Efeito <i>Ex Tunc</i> e a<br>Modulação .....          | 189 |
| 6.9.7.    | Efeito Repristinatório (Indesejado e Definitivo) .....                                         | 192 |
| 6.10.     | CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O PROCEDIMENTO DA ADI E A<br>“COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL” ..... | 195 |
| 6.10.1.   | A Impossibilidade de Desistência.....                                                          | 195 |
| 6.10.2.   | A Inaplicabilidade da Ação Rescisória sobre a Decisão da ADI .....                             | 195 |
| 6.10.3.   | A Vedação à Intervenção de Terceiros.....                                                      | 196 |
| 6.10.4.   | Teoria da Coisa Julgada Inconstitucional e o CPC/2015.....                                     | 196 |
| 6.10.4.1. | Critérios para a Relativização da Coisa Julgada.....                                           | 197 |
| 6.10.4.2. | Supremacia Constitucional e Segurança Jurídica .....                                           | 197 |
| 6.10.4.3. | Positivização da Teoria da Coisa Julgada<br>Inconstitucional no CPC.....                       | 197 |

|                                                              |     |
|--------------------------------------------------------------|-----|
| 6.10.5. O caso em que o acordo foi homologado pelo STF ..... | 201 |
| 6.11. QUESTÕES DE CONCURSOS COMENTADAS .....                 | 202 |

## ▪ CAPÍTULO 7

### **AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC) ..... 211**

|                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 7.1. GÊNESE E FUNDAMENTO TEÓRICO .....                                                             | 211 |
| 7.2. OBJETO .....                                                                                  | 212 |
| 7.3. NATUREZA DÚPLICE OU AMBIVALENTE.....                                                          | 212 |
| 7.4. LEGITIMIDADE ATIVA: A EVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA .....                                              | 212 |
| 7.5. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE ADMISSIBILIDADE .....                                               | 213 |
| 7.5.1. Objeto Restrito (Somente Lei ou Ato Normativo Federal) .....                                | 213 |
| 7.5.2. A Relevante Controvérsia Judicial.....                                                      | 213 |
| 7.6. PROCEDIMENTO, CAUTELAR E MÉRITO .....                                                         | 214 |
| 7.6.1. Medida Cautelar .....                                                                       | 214 |
| 7.6.2. Decisão de Mérito e a Vedação à Modulação .....                                             | 215 |
| 7.7. QUESTÕES DE FIXAÇÃO E TREINAMENTO AVANÇADO<br>(INÉDITAS E ADAPTADAS) – CAPÍTULO 6 (ADC) ..... | 216 |

## ▪ CAPÍTULO 8

### **OMISSÃO INCONSTITUCIONAL:**

### **ADO E MANDADO DE INJUNÇÃO ..... 219**

|                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 8.1. TEORIA GERAL DA OMISSÃO INCONSTITUCIONAL.....                                | 219 |
| 8.2. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR<br>OMISSÃO (ADO).....               | 219 |
| 8.2.1. Espécies de Omissão Normativa .....                                        | 220 |
| 8.2.2. Aspectos procedimentais relevantes na ADO .....                            | 223 |
| 8.2.3. A Evolução dos Efeitos da Decisão na ADO na<br>Jurisprudência do STF ..... | 225 |

|        |                                                                                                                                        |     |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 8.2.4. | E a Teoria do Estado de Coisas Inconstitucional (ECI)?<br>Em que consiste? Qual sua relação com as omissões do<br>Poder Público? ..... | 230 |
| 8.2.5. | A Evolução: Da ADO (Omissão Normativa) à ADPF<br>(Litígio Estrutural) .....                                                            | 233 |
| 8.3.   | MANDADO DE INJUNÇÃO (MI) .....                                                                                                         | 239 |
| 8.3.1. | Evolução das Teorias sobre a Eficácia da Decisão .....                                                                                 | 239 |
| 8.3.2. | A Lei 13.300/2016.....                                                                                                                 | 242 |
| 8.4.   | QUADRO SINÓTICO COMPARATIVO: ADO VS. MI (TEMA<br>FREQUENTE DE PROVAS DISCURSIVAS!) .....                                               | 243 |
| 8.5.   | QUESTÕES DE FIXAÇÃO E TREINAMENTO AVANÇADO<br>(INÉDITAS E ADAPTADAS) .....                                                             | 244 |

## ▪ CAPÍTULO 9

### ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO

### FUNDAMENTAL (ADPF)..... 255

|          |                                                              |     |
|----------|--------------------------------------------------------------|-----|
| 9.1.     | NATUREZA JURÍDICA E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA .....               | 255 |
| 9.2.     | O CONCEITO DE “PRECEITO FUNDAMENTAL” .....                   | 256 |
| 9.2.1.   | A Construção Doutrinária e Jurisprudencial .....             | 256 |
| 9.2.2.   | O Rol Exemplificativo do STF .....                           | 256 |
| 9.3.     | ESPÉCIES DE ADPF .....                                       | 257 |
| 9.3.1.   | ADPF Principal ou Autônoma.....                              | 257 |
| 9.3.1.1. | Objeto e Alcance: “Atos do Poder Público” .....              | 257 |
| 9.4.1.2. | Exemplos de Atos Impugnáveis<br>(Jurisprudência do STF)..... | 258 |
| 9.4.1.3. | Exceções e Restrições (Questões de Prova) .....              | 260 |
| 9.4.2.   | ADPF Incidental, por Equiparação ou por Equivalência.....    | 261 |
| 9.4.2.1. | Constitucionalidade da ADPF Incidental.....                  | 262 |
| 9.4.2.2. | Natureza Jurídica: Objetiva, Subjetiva ou Mista?.....        | 264 |

|          |                                                                                                                       |     |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 9.4.2.3. | Legitimidade Ativa.....                                                                                               | 266 |
| 9.4.2.4. | Cisão Funcional do Processo.....                                                                                      | 267 |
| 9.4.2.5. | ADPF Incidental x Ação Avocatória .....                                                                               | 268 |
| 9.4.3.   | Princípio da Subsidiariedade da ADPF<br>(Requisito de cabimento) .....                                                | 269 |
| 9.4.3.1. | Melhor interpretação do “Outro Meio Eficaz” .....                                                                     | 270 |
| 9.4.3.2. | A “Ineficácia” das Vias Subjetivas .....                                                                              | 271 |
| 9.4.3.3. | Casos Práticos de Aplicação da Subsidiariedade da<br>ADPF (Questões extraídas de provas de concursos).....            | 271 |
| 9.4.4.   | Medida Cautelar e Efeitos da Decisão Definitiva na ADPF.....                                                          | 273 |
| 9.4.4.1. | Medida Cautelar. Em relação à MC em ADPF<br>(art. 5.º e parágrafos da Lei 9.882), dois aspectos<br>fundamentais ..... | 273 |
| 9.4.4.2. | Efeitos da Decisão Definitiva.....                                                                                    | 274 |
| 9.4.5.   | Considerações Finais sobre a ADPF .....                                                                               | 277 |
| 9.5.     | QUESTÕES DE FIXAÇÃO E TREINAMENTO AVANÇADO<br>(INÉDITAS E ADAPTADAS) .....                                            | 282 |

## ▪ CAPÍTULO 10

|                                                                                      |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA<br/>(ADI INTERVENTIVA).....</b> | <b>287</b> |
| 10.1. NATUREZA JURÍDICA E EXCEPCIONALIDADE .....                                     | 287        |
| 10.2. LEGITIMIDADE ATIVA EXCLUSIVA.....                                              | 288        |
| 10.3. PARÂMETRO DE CONTROLE: OS PRINCÍPIOS<br>CONSTITUCIONAIS SENSÍVEIS .....        | 288        |
| 10.4. PROCEDIMENTO E O DECRETO INTERVENTIVO .....                                    | 289        |
| 10.4.1. A Natureza Vinculada do Decreto .....                                        | 289        |
| 10.5. QUESTÕES DE FIXAÇÃO E TREINAMENTO AVANÇADO<br>(INÉDITAS E ADAPTADAS) .....     | 290        |

## ▪ CAPÍTULO 11

### **O CONTROLE CONCENTRADO ESTADUAL /DISTRITAL .....293**

|                                                                                                                                          |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 11.1. O FEDERALISMO E A DUPLICIDADE DE ORDENS.....                                                                                       | 293 |
| 11.2. OS ELEMENTOS DA AÇÃO (ADI ESTADUAL).....                                                                                           | 293 |
| 11.3. A SIMULTANEIDADE DE AÇÕES (CONFLITO STF X TJ).....                                                                                 | 295 |
| 11.4. O CASO <i>SUI GENERIS</i> DO DISTRITO FEDERAL.....                                                                                 | 296 |
| 11.5. A ADPF ESTADUAL.....                                                                                                               | 297 |
| 11.6. EXISTE UMA ADI INTERVENTIVA ESTADUAL? A<br>REPRESENTAÇÃO POR INCONSTITUCIONALIDADE<br>INTERVENTIVA ESTADUAL (ART. 35, IV, CF)..... | 298 |
| 11.6.1. O Objeto: O Princípio da Observância Obrigatória.....                                                                            | 298 |
| 11.6.2. Legitimidade Ativa Exclusiva e o Papel do PGJ.....                                                                               | 298 |
| 11.6.3. Parâmetro, Procedimento e Efeitos da Decisão do TJ.....                                                                          | 299 |
| 11.6.4. Jurisprudência e Pontos de Atenção (STF).....                                                                                    | 299 |

## ▪ CAPÍTULO 12

### **O CONTROLE DE LEIS MUNICIPAIS E A POLÊMICA DAS LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS ..... 303**

|                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 12.1. O PROBLEMA DA “CONSTITUIÇÃO MUNICIPAL”.....                                                   | 303 |
| 12.2. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE X CONTROLE DE<br>LEGALIDADE.....                              | 303 |
| 12.3. A TENTATIVA FRUSTRADA DA “ADI MUNICIPAL”.....                                                 | 304 |
| 12.4. A EXCEÇÃO DA “DUPLA COMPATIBILIDADE VERTICAL”.....                                            | 304 |
| 12.5. QUADRO SINÓPTICO.....                                                                         | 305 |
| 12.6. APROFUNDAMENTO: A NATUREZA DA LODF (MPDFT – 31.º<br>CONCURSO PARA PROMOTOR – PROVA ORAL)..... | 305 |
| 12.7. QUESTÕES DE FIXAÇÃO E TREINAMENTO AVANÇADO<br>(INÉDITAS E ADAPTADAS).....                     | 306 |

## ▪ CAPÍTULO 13

### FINAL - O FUTURO CÓDIGO DE PROCESSO

### CONSTITUCIONAL: A UNIFICAÇÃO DO CONTROLE

### CONCENTRADO (PL 3.640/2023) ..... 309

|                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 13.1. A UNIFICAÇÃO PROCEDIMENTAL E A FUNGIBILIDADE<br>(O FIM DAS “CAIXINHAS”) ..... | 309 |
| 13.2. A “LIBERTAÇÃO” DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO<br>(AGU) .....                      | 310 |
| 13.3. O FIM DA “MONOCRACIA” NAS CAUTELARES .....                                    | 311 |
| 13.4. MODULAÇÃO DE EFEITOS: A POLÊMICA DA<br>MAIORIA SIMPLES.....                   | 311 |
| 13.5. AS CONVENÇÕES PROCESSUAIS E OS ACORDOS<br>CONSTITUCIONAIS .....               | 312 |
| 13.6. <i>AMICUS CURIAE</i> COM “DENTES” .....                                       | 312 |
| 13.7. O OLHAR DO AUTOR .....                                                        | 314 |

## ▪ ANEXO

### PROJETO DE LEI 3.640, DE 2023 (SUBSTITUTIVO APROVADO

### PELA CCJ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS) ..... 315

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 319

|                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------|-----|
| 1. ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA CITADA (STF).....             | 322 |
| Súmulas Vinculantes .....                                 | 322 |
| Súmulas (Enunciados Clássicos) .....                      | 322 |
| Ações de Controle Concentrado (ADI, ADC, ADO, ADPF) ..... | 322 |
| Recursos Extraordinários e Repercussão Geral.....         | 323 |
| 2. ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA CITADA NAS QUESTÕES.....      | 323 |